



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

**CONCURSO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO  
AUTÓNOMA DA MADEIRA**



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

## PROGRAMA DE CONCURSO

### 1 IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento é designado por “Concurso Público para Prestação de Serviços de Limpeza das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira”.

### 2 ENTIDADE ADJUDICANTE

2.1 A entidade adjudicante é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (adiante, ALRAM), sita à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, 9004-506 Funchal, pessoa coletiva n.º 671 000 624, Telefone: 291 210 500 e 965 922 390, Telefax: 291 232 977, correio eletrónico: *secretaria.geral@alam.pt*.

2.2 Todas as comunicações relativas ao presente procedimento deverão ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico: <http://www.acingov.pt>.

### 3 DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da ALRAM, através da Resolução n.º 112/CODA/2022, datada de 21 de novembro.

### 4 CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

4.1 O Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos estão disponíveis na sede da ALRAM, no endereço acima indicado, para consulta dos interessados, nos dias úteis das 9:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h a partir da data da publicação do anúncio em Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4.2 As peças do concurso são disponibilizadas de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica indicada em 2.2.

### 5 ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

5.1 Os pedidos de esclarecimentos de quaisquer dúvidas na interpretação das peças do procedimento devem ser apresentados ao Júri do procedimento, por escrito, para o endereço indicado em 2.2 no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

- 5.2 Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 5.3 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devem os interessados igualmente apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 5.4 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

## 6 CONCORRENTES

- 6.1 É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
- 6.2 Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 6.3 Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 6.4 Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 6.5 Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
- 6.6 Não podem ser concorrentes as entidades que se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

## 7 APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados através da plataforma eletrónica ACINGOV ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), até às 23:59 do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.

## 8 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, A APRESENTAR PELO CONCORRENTE A QUEM VIER A SER FEITA A ADJUDICAÇÃO

8.1 Devem ser apresentados, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente Programa;
- b) Documento que comprove que a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, não foram condenados por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação;
- c) Certidão ou cópia certificada comprovativa de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e à Região Autónoma da Madeira, ou, se for o caso, ao Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Certidão ou cópia certificada comprovativa de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal, ou, se for o caso, ao Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Documento que comprove que a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55.º do CCP;
- f) Certidão atualizada de teor de todas as inscrições em vigor respeitantes ao Adjudicatário emitida pela Conservatória do Registo Comercial correspondente, ou no caso de agrupamento, certidões das empresas constituintes;
- g) No caso de agrupamentos, contrato formalizado;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

- h) Indicação completa (através de cópia do BI/CC e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, qualidade em que intervém(êm), com junção do(s) documento(s) que atribui(em) poderes para o efeito.
- 8.2 Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, o adjudicatário deverá ainda apresentar os seguintes documentos:
- a. Última Declaração de Rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
  - b. Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR;
  - c. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
  - d. Anexo R da última declaração periódica do IVA.
- 8.3 Caso o adjudicatário considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, deve apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao presente Programa.
- 8.4 Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos nos números 8.1 e 8.2, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
- 8.5 O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

- 8.6 Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 8.1 devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 8.7 Caso a entidade adjudicante detete alguma irregularidade nos documentos apresentados, o prazo para supressão das mesmas é de 5 dias, a contar da respetiva notificação para o efeito.
- 8.8 O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas b) a e) do n.º 8.1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

## 9. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

9.1 As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>;
  - b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Programa, do qual faz parte integrante;
  - c) Declaração com indicação do preço total, considerando o prazo contratual de 3 anos e indicação do preço mensal para o 1.º ano de contrato, para o 2.º ano de contrato e para o 3.º ano de contrato;
  - d) Declaração com indicação dos meios humanos a afetar à prestação de serviços e respetivas funções;
  - e) Certidão permanente atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento concorrente;
  - f) Relação dos produtos de limpeza a utilizar na execução do contrato;
  - g) Relação dos materiais e equipamentos a utilizar na execução do contrato
- 9.2. Juntamente com a proposta, poderão ser apresentados outros documentos considerados indispensáveis que compreendam atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

- 9.3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 9.4 Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 9.5 Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 9.6 Os documentos referidos no n.º 9.1. devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, devendo ser acompanhados de documento comprovativo de atribuição daqueles poderes.
- 9.7 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 9.1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

## 10 PROPOSTAS VARIANTES

- 10.1 Não são admitidas propostas variantes.
- 10.2 Para efeitos do presente concurso, são variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

## 11 PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo obrigatório de manutenção das propostas é de 66 dias, contado a partir do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## 12 MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1 Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, identificada em 2.2, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

12.2 A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

12.3 Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 17.1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

- No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
- Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- Cujas receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

### 13 ANÁLISE DAS PROPOSTAS

13.1 As propostas são analisadas em todos os seus atributos e em tudo o que lhes for aplicável.

13.2 São excluídas as propostas cuja análise revele, nomeadamente, algumas das situações previstas nos n.ºs 2 e 3 do art.º 146.º do CCP.

### 14 CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

14.1 O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, concretamente o preço.

14.2 O monofator preço será calculado segundo a seguinte fórmula com resultados expressos com aproximação às centésimas

$$CF = [(C_B - C_P / C_B)] \times 20$$

Em que:

CF – Classificação Final

C<sub>B</sub> – Preço base do concurso

C<sub>P</sub> – Preço da Proposta

14.3 - Em caso de empate no preço final das propostas, o desempate será efetuado por sorteio, a ter lugar nas instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em data e hora a





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

definir pela entidade adjudicante, a realizar nos termos estipulados no Anexo VII ao presente documento, independentemente do número de concorrentes presentes.

### 15 CAUÇÃO

15.1 Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada uma caução no valor de 2% (dois por cento) do montante total do preço contratual, que o adjudicatário assume com a celebração do contrato.

15.2 O adjudicatário deve, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação do ato de adjudicação, prestar caução, e comprová-lo no dia imediatamente subsequente.

15.3 A ALRAM pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo adjudicatário.

### 16 MODOS DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

16.1 A caução a que se refere a cláusula anterior será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou através de garantia bancária, ou seguro-caução, conforme modelos constantes dos Anexos IV a VI ao presente Programa do Procedimento.

16.2 A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo adjudicatário.

### 17 NOVOS SERVIÇOS

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares, objeto do presente concurso.

### 18 VISITA DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

Para efeitos de apresentação de proposta, as entidades que pretendam visitar as instalações, assim como verificar pontos e equipamentos existentes, deverão contactar a Secretaria-Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira até ao termo do prazo fixado para os pedidos de esclarecimento.

### 19 ENCARGOS

Constituem, ainda, encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração da proposta ao presente concurso e do adjudicatário as relativas à celebração do contrato.

### 20 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o regime previsto no CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, bem como nas demais disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza da prestação de serviços a contratar.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

**ANEXO I**

**Modelo de Declaração**

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]**

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
  - 2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.
  - 3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». (5)

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

**ANEXO II**  
**Modelo de Declaração**

(Anexo I a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro)]

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de  
(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
- a) .....
- b) .....
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

ANEXO III

Modelo de Declaração (Caso aplicável)

[a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março]

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira:

- ☐ Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto mantiver o respetivo contrato); (3)
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residente (modelo 10) e DMR; (3)
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES); (3)
- ☐ Anexo R do IVA da última declaração periódica. (3)

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 55.º.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

**ANEXO IV**  
**Modelo de Guia de Depósito**

Euro: .....\_

Vai....., residente (ou com escritório) em....., na....., depositar na..... (sede, filial, agência ou delegação) da..... (instituição) a quantia de..... (por extenso em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por)....., como caução exigida para a aquisição de serviços de....., para os efeitos do n.º 1 do artigo 88º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. Este depósito fica à ordem de..... (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data .....

Assinatura.....

M  
f  
e



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

**ANEXO V**  
**Modelo da Garantia Bancária**

O Banco....., com sede em....., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de....., presta a favor de.... (entidade adjudicante), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de....., correspondente a.... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que  
..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a .... (entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto.... (designação do objeto a contratar), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da .... (entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo da execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

Data .....

Assinaturas.....



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

## ANEXO VI

### Modelo de Seguro-Caução à Primeira Solicitação

A companhia de seguros....., com sede em....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de....., presta a favor de..... (entidade adjudicante), e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de....., correspondente a..... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a..... (entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto ..... (designação do objeto a contratar), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da..... (entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à..... (entidade adjudicante) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

Data .....

Assinaturas



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

## ANEXO VII

### Regulamento do sorteio de desempate das propostas

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a um sorteio para seriar as propostas empatadas, nos termos seguintes:

1. As propostas empatadas serão numeradas de 1 a "n", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de submissão de cada uma delas na plataforma eletrónica.
2. Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4, de modo a que não fique visível o número inscrito em cada folha.
3. Os papéis dobrados serão todos introduzidos em recipiente opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
4. Os papéis serão retirados um a um, sendo elaborado um auto que identifica a ordem pelo qual foram retirados, constituindo-se assim a ordenação e seriação final das propostas empatadas, documento esse que fará parte do processo do procedimento e será notificado na plataforma eletrónica a todos os concorrentes.
5. O primeiro papel a ser retirado corresponde ao concorrente que ficará em primeiro lugar e assim sucessivamente até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no recipiente.
6. Os trabalhos referidos nos números anteriores são efetuados pelos membros do júri, cabendo ao presidente do júri a sua condução e orientação.
7. Ao sorteio e às operações acima descritas podem assistir os concorrentes que sejam submetidos ao desempate ou os seus representantes devidamente credenciados e mandatados, com os necessários poderes de representação, e bem assim outros funcionários da ALRAM, se o júri assim o entender.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

M

h

Φ

## PROGRAMA DE CONCURSO - ÍNDICE

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO .....	2
2 ENTIDADE ADJUDICANTE .....	2
3 DECISÃO DE CONTRATAR .....	2
4 CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	2
5 ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	2
6 CONCORRENTES .....	3
7 APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	4
8 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, A APRESENTAR PELO CONCORRENTE A QUEM VIER A SER FEITA A ADJUDICAÇÃO .....	4
9. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTA .....	6
10 PROPOSTAS VARIANTES .....	7
11 PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....	7
12 MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	7
13 ANÁLISE DAS PROPOSTAS .....	8
14 CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO .....	8
15 CAUÇÃO .....	9
16 MODOS DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO .....	9
17 NOVOS SERVIÇOS .....	10
18 VISITA DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS .....	10
19 ENCARGOS .....	10
20 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	10
ANEXO I .....	11
Modelo de Declaração .....	11
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP] .....	11



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
Assembleia Legislativa  
Secretaria-Geral

ANEXO II .....	12
Modelo de Declaração.....	12
(Anexo I a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro)].....	12
ANEXO III .....	14
Modelo de Declaração (Caso aplicável) .....	14
[a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março] .....	14
ANEXO IV .....	15
Modelo de Guia de Depósito .....	15
ANEXO V .....	16
Modelo da Garantia Bancária.....	16
ANEXO VI.....	17
Modelo de Seguro-Caução à Primeira Solicitação.....	17
ANEXO VII.....	18
Regulamento do sorteio de desempate das propostas.....	20